

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 15/04/2015 - Edição 1255

CNTV e Sindicatos partem pra cima do governo e cobram manutenção de empregos de vigilantes do INSS



Representantes dos trabalhadores se reuniram com ministro da Previdência e presidente do INSS para tratar das demissões de vigilantes

Por conta de ajustes orçamentários determinados pelo governo, milhares de vigilantes que prestam serviço para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) estão perdendo seus empregos. A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), juntamente com os sindicatos de vigilantes da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte (patrimonial), conseguiu uma reunião técnica no Ministério da Previdência Social para a próxima semana. O objetivo é avaliar com os técnicos onde podem ser feitos ajustes para preservar o maior número

possível de empregos.

O compromisso da avaliação foi firmado nesta terça-feira (14), em reunião entre os representantes das entidades sindicais, o ministro da Previdência, Carlos Gabas, e a presidente do INSS, Elisete Berchiol. Segundo o presidente da CNTV, José Boaventura, na próxima semana será discutido a possibilidade de realocação dos vigilantes em outros setores. “Manifestamos nossa preocupação sobre o risco que os companheiros que estão quase se aposentando correm de perder o emprego. Queremos estabelecer critérios na tentativa de preservar

estas vagas também”, afirmou Boaventura.

Além do desemprego, há também a preocupação com a insegurança a que estarão expostos funcionários e usuários do INSS. Boaventura destacou que os dois aspectos em questão são dolorosos para os vigilantes do país. “Levamos documentos com números iniciais que levantamos de trabalhadores desempregados e agora esperamos que alguma medida seja tomada para poupar o emprego destes companheiros”, concluiu.

Fonte: CNTV

PPP: CNTV e Sindicatos pedem que INSS reconheça PPP ou declarações emitidas pelos Sindicatos

O transtorno causado por empresas que quebram vai além do calote. Vigilantes que prestam serviço para o Instituto de Seguro Social (INSS) vêm encontrando dificuldade para conseguir a aposentadoria especial - concedida aos 25 anos de serviço por exposição a risco - porque o Instituto não aceita o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) ou Laudo Pericial emitido pelos sindicatos aos trabalhadores que tiveram contrato com empresas que já fecharam.

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e os sindicatos de vigilantes da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte (patrimonial) relataram o problema ao ministro da Previdência, Carlos Gaba, e à presidente do INSS, Elisete Berchiol nesta terça-feira (14). Segundo os dirigentes sindicais, a recusa do INSS às declarações vem obrigando os vigilantes a



CNTV entregou documento com números iniciais que levantamos de trabalhadores desempregados

recorrerem à justiça, o que está abarrotando o judiciário com processos semelhantes.

Segundo o presidente da CNTV, José Boaventura, tanto o ministro Carlos Gaba quanto a presidente, Elisete Berchiol, se mostraram sensíveis ao assunto e se comprometeram a agendar nova reunião para debater o tema com mais atenção. “Pedimos que

o INSS reconheça as declarações das empresas fechadas para facilitar a aposentadoria especial. Hoje, o INSS não aceita porque esta declaração não está prevista em portaria/lei”, explicou Boaventura.

A reunião ainda não tem data para ser realizada.

Fonte: CNTV

VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



CUT BRASIL

Sob a ótica dos vigilantes e trabalhadores terceirizados, presidente da CNTV analisa parecer do relator do PL da Precarização



Diretores da CNTV participaram da manifestação do Dia Nacional de Luta, realizado na terça-feira (7), em frente ao Congresso Nacional

Votado em caráter de urgência na última quarta-feira (8) o projeto de lei 4330 pretende tornar legal a subcontratação ilimitada e irrestrita da mão de obra em todos os setores de produção e serviço. O resultado dessa terceirização desenfreada é, sem dúvida, a precarização das relações de trabalho e a perda dos direitos dos trabalhadores.

De forma geral, a intenção do autor do PL da Precarização, Sandro Mabel - PL/GO, e dos defensores do projeto é forjar outras formas de relação de trabalho no Brasil, dando caráter legal às práticas que, até então, estão à margem da lei.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, essas novas formas de trabalho podem ser consideradas como precarizantes a partir do próprio conceito de “terceiro”, “o outro da relação a dois”, associado ainda à imagem de “terceiro mundo”, terceira parte.

“Os servidores veem o fim dos concursos públicos. Até o conceito de categoria está sendo destruído, uma vez que o PL desqualifica a importância da representação sindical e da unidade. Por tanto, há uma infinidade de razões e argumentos que nos mobilizam a lutar contra esse projeto”, pondera Boaventura.

Deixando de lado os conceitos gerais que permeiam o PL 4330 - que trazem à tona termos como precarizante, escravizante, discriminatório, etc -, o presidente

da CNTV listou alguns aspectos tendo como foco a situação dos trabalhadores hoje terceirizados, especialmente os vigilantes. Essa análise é resultado da experiência com a lida diária e com a luta contra as injustiças e ilegalidades praticadas pelas empresas:

1) Terceiriza tudo. A própria empresa de segurança poderá terceirizar seus serviços. Uma empresa de segurança não precisará ter vigilantes (art.2º do PL).

2) Se terceiriza tudo, a segurança privada pode chegar a substituir a segurança pública?

3) Nas empresas de segurança, um serviço ou contrato pode ser quarteirizado, quinteirizado, etc. É disso que trata a subcontratação (art. 3º do PL). Se já é difícil garantir os direitos numa relação direta com a empregadora terceirizada, imagine empresa transferindo o contrato para outras.

4) A garantia é de apenas 4% do valor total do contrato em caução, fiança bancária e seguro com um prazo de validade de até 90 dias após o fim do contrato. Essa porcentagem é 4% é ínfima.



Além disso, hoje os trabalhadores já lutam por meses para receber as verbas rescisórias, por tanto, essa “garantia” por até 90 dias após o fim do contrato se torna chacota. Não há, na prática, garantia alguma. É calote!

5) Na garantia dos 4%, no caso do contrato envolver mais de 50% dos custos do contrato em mão de obra, como é o caso da vigilância e limpeza, o limite é de até 130% da fatura mensal. Valor claramente insuficiente para evitar calote.

6) O governo se previne com

o recolhimento obrigatório dos impostos pelo contratante, mas, para os trabalhadores, a conta vinculada e bloqueada é opcional. Mais uma vez, é calote certo!

7) Permite que alimentação, transporte, treinamento e ambulatorio médico para os terceirizados seja separado num mesmo espaço de trabalho, tipo a Petrobras, por exemplo. Assim, fica legalizado o gueto, o apartheid, a discriminação.

8) Não a toa, o texto do PL utiliza muito a expressão “é

licito”. Dessa forma, legaliza-se o que já é ilícito, ilegal, indecente e imoral.

Vale ressaltar que as questões mencionadas têm relação direta com os trabalhadores vigilantes e que, analisando a partir das necessidades de outra categoria, o resultado pode ser diferente. Mesmo sob outros olhares, o PL 4330 significa perda dos direitos trabalhistas para qualquer categoria.

Fonte: CNTV



Trabalhadores vão às ruas contra PL da Precarização

Milhares de trabalhadores e militantes tomaram as ruas das cidades brasileiras nesta quarta-feira (15). O protesto, convocado pelas centrais sindicais, é contra o projeto de lei 4330, que tenta roubar direitos dos trabalhadores, terceirizando de forma ilimitada e irrestrita a mão de obra em todos os setores.

Os protestos contaram com paralisações e muita mobilização desde as primeiras horas do dia. Os trabalhadores se concentraram em frente a empresas e órgãos público, gritando pela manutenção dos direitos conquistados com tanta luta ao longo dos anos.

Em São Paulo, os bancários iniciaram a paralisação às 7h30, alertando que a terceirização nos bancos põe em risco funcionários



Metalúrgicos interditam a Via Anchieta em passeata. Foto: SMAB/CUT

e clientes. No ABC, os metalúrgicos cruzaram os braços e pararam a Via Anchieta. Mais de cinco mil trabalhadores da Ford e da Mercedes participaram da mobilização.

Os rodoviários de todo o país também aderiram ao Dia Nacional de Paralisação contra o PL 4330. Em Recife, os ônibus permaneceram nas garagens e alguns terminais foram fechados. No Distrito Federal, a categoria manteve os ônibus nas garagens

até as 9h.

No Rio Grande do Sul, as manifestações foram realizadas durante a tarde em um ato público no centro de Porto Alegre. Em Passo Fundo, Pelotas e na capital, os rodoviários também cruzaram os braços.

Na capital mineira, trabalhadores de várias categorias paralisaram as atividades e se juntaram ao movimento. Trabalhadores dos Correios, servidores públicos e metroviários

também se mobilizaram.

Em Duque de Caxias, no Rio, os petroleiros paralisaram a refinaria em protesto contra o PL da Precarização. Além de Caxias, os petroleiros do Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Manaus também promoveram atos, atrasando a entrada do expediente nas unidades administrativas e operacionais do Sistema Petrobras.

Vigilantes contra PL 4330

Os trabalhadores da segurança privada também integraram a mobilização em todo o país. Em Salvador, os vigilantes se uniram aos trabalhadores de limpeza, asseio e conservação. O ato foi

realizado em frente à Secretaria de Fazenda do estado, onde uma carta aberta foi distribuída para a população.

No Maranhão, os vigilantes realizaram ato em frente à Universidade Federal do

estado (UFMA) e à Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), ao lado de centrais sindicais e demais sindicatos.

Fonte: CNTV



Vigilantes baianos em protesto na porta da Secretaria de Fazenda da Bahia



No Maranhão, manifestação dos vigilantes se concentrou em frente à UFMA e à Fiema

Câmara exclui empresas públicas do projeto da terceirização

No caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, valerá o entendimento atual da Justiça do Trabalho, que permite a terceirização apenas para atividades-meio. Demais temas polêmicos da proposta serão votados nesta quarta-feira



Deputados decidiram manter o concurso público como principal forma de ingresso na carreira das empresas públicas e sociedades de economia mista

O Plenário da Câmara dos Deputados retirou as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias da proposta que amplia a terceirização para todas as áreas das empresas (PL 4330/04). O projeto valerá apenas para a iniciativa privada.

Assim, no caso das empresas públicas e sociedades de economia mista, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras, valerá o concurso público para as carreiras de atividade-fim e fica autorizada a terceirização para serviços especializados e atividades de segurança, limpeza e manutenção. Esse é o entendimento atual da Justiça do Trabalho.

A retirada das empresas públicas e sociedades de economia mista foi aprovada por 360 votos a 47, a pedido do PSDB, mas com apoio da base governista. O deputado Domingos

Sávio (PSDB-MG) explicou que o partido apresentou o destaque para manter o concurso público como principal forma de ingresso na carreira das empresas públicas e sociedades de economia mista, sem permitir a terceirização de todas as áreas dessas empresas. “Temos de manter o concurso para as carreiras, para não dar espaço para apadrinhamento”, disse.

A exclusão das empresas públicas foi apoiada pelo relator da proposta, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA). Ele explicou que a inclusão foi um pedido do governo, não dele. “Se o PT, que tem mais compromisso com o governo, encaminha contra a medida, mudo de posição”, disse.

Adiamento

Um acordo entre líderes partidários adiou para quarta-feira (15), às 14 horas, a votação

de grande parte dos destaques apresentados ao projeto. A proposta teve o texto-base aprovado na semana passada, mas, como os destaques só foram divulgados no começo da tarde desta terça, os líderes pediram o adiamento para reunir as bancadas e analisar os pontos a serem discutidos.

“Como queremos terminar a votação do projeto e não atropelarmos a votação, vou acatar a sugestão e adiar para amanhã”, disse o presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

A proposta recebeu 27 destaques e 6 emendas aglutinativas, que unem outros destaques em um só texto.

Tipo de atividade

As maiores polêmicas ficaram para esta quarta-feira. Entre elas está o destaque do PT que pretende proibir a terceirização em todas as áreas da empresa, principal mudança feita pelo projeto.

Hoje, uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) limita as terceirizações a atividades-meio, como segurança, vigilância e serviços especializados. A emenda coloca na lei o entendimento da Justiça do Trabalho.

O líder do PT, deputado Sibá Machado (AC), disse que vê com muita preocupação a liberação das terceirizações para qualquer área da empresa. “O empregado de um banco não pode ser colocado em risco de ser demitido amanhã para ser contratado por uma empresa terceirizada”, disse.

Para o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), este é o cerne do projeto. O deputado disse ser contra o

dispositivo, mas reconheceu que esta não é a posição de toda a base governista. “A base tem posições diferentes, a minha opinião é apenas de se limitar a terceirização a atividades-meio”, disse.

O líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), defendeu a ampliação do alcance da terceirização. Retirar este ponto, segundo ele, seria “ferir de morte” a proposta.

O relator do projeto, Arthur Oliveira Maia, também defende a terceirização em todas as áreas. “O entendimento do Supremo Tribunal Federal já declarado é de que esta distinção entre atividade-meio e atividade-fim feita pela Justiça do Trabalho é uma intromissão indevida na livre iniciativa e, para mim, esta é a interpretação jurídica mais correta”, argumentou.

Responsabilidade

Outro ponto controverso, já

discutido pelos líderes nesta terça-feira, trata da responsabilidade das empresas no recolhimento de tributos e direitos trabalhistas devidos aos trabalhadores. Hoje, a responsabilidade é subsidiária, ou seja, o empregado só pode acionar a empresa que contrata a mão de obra depois de processar a terceirizada.

Pelo projeto, a responsabilidade será subsidiária se a empresa contratada fiscalizar o recolhimento de tributos pela terceirizada. Caso contrário, poderá ser acionado antes da terceirizada (responsabilidade solidária).

Há destaque para que a responsabilidade seja solidária em todos os casos. Os líderes do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ); e do PR, deputado Maurício Quintella Lessa (AL), já declararam voto favorável ao destaque. “Somos a favor da responsabilidade solidária porque não podemos deixar o trabalhador

com o risco de não ter seus direitos trabalhistas pagos”, disse Quintella Lessa.

Acordo

Arthur Oliveira Maia disse que aceitou mudar alguns pontos do seu relatório depois de reunião com o governo na manhã desta terça-feira. O relator vai apoiar uma emenda que aceita algumas reivindicações do Executivo: impedir que cooperativas e entidades sem fins lucrativos terceirizem mão de obra; obrigar o recolhimento de alguns tributos pela empresa contratante; e alterar a regra sobre uso de créditos tributários.

Não houve acordo sobre o pagamento de contribuição previdenciária, segundo Maia. O governo pretendia incluir todas as empresas na regra de contribuição sobre o faturamento, mas as discussões não avançaram.

Fonte: Agência Câmara

VIGILANTE

PISO NACIONAL

3 MIL REAIS

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES

UNI global union CUT BRASIL

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF